

# ESCLARECER, MOBILIZAR E LUTAR

**FECTRANS** - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicação



Os dirigentes e delegados sindicais das empresas públicas de transportes, reunidos hoje, traçaram um plano de intervenção em torno das seguintes reivindicações:

*Pela concretização de uma verdadeira política de transportes ao serviço dos interesses do País, dos utentes e com respeito e valorização dos trabalhadores do sector, que passa pelo retorno ao sector público da totalidade das empresas privatizadas e pela paragem de qualquer intenção de alienar o capital público de todas as outras;*

*Pelo direito à negociação colectiva, pelo que se reivindica a abertura de processos de negociação em todas as empresas e com a retirada da denúncia dos AE's da Carris, ML, Transtejo, Soflusa, medida da anterior administração, mas que continua a ser assumida pela actual;*

*Pela reposição das cláusulas dos AE's que se encontram suspensas pelas normas do Orçamento de Estado e do Decreto-Lei 133/2013;*

*Pela admissão dos trabalhadores necessários em cada empresa para que seja garantido um serviço público de qualidade, seguro e regular que responda às necessidades dos utentes e pela passagem a efectivos de todos os trabalhadores com contratos a prazo e os pertencentes a empresas de trabalho temporário que estão a ocupar postos de trabalho permanentes;*

*Pela retirada do OE de qualquer proibição de direitos dos trabalhadores em vigor nas empresas e, em particular o direito ao transporte;*

*Pela retirada dos processos disciplinares existentes nas empresas em função dos trabalhadores defenderem os seus direitos sindicais e laborais.*

## PLANO DE INTERVENÇÃO E LUTA

Em defesa destas reivindicações dos trabalhadores e pela retirada das propostas do Orçamento de Estado para 2016, das normas que são negativas para os trabalhadores das empresas públicas, os dirigentes e delegados sindicais das empresas públicas de transportes, reunidos em 1 de Março de 2016, decidiram:

↪ **Continuar a exigir dos grupos parlamentares as alterações à pro-posta de OE/2016, que contém os aspectos negativos para os trabalhadores das empresas públicas e para o serviço público, atrás referidas;**

↪ **Realizar uma acção de protesto e luta, no dia 15 de Março, a partir da mobilização dos activistas das di-versas empresas, se na discussão do OE na especialidades, não resultarem alterações às propostas que reivindicamos que sejam alteradas;**

↪ **Reforçar a dinamização da recolha de, no mínimo, 4 500 assinaturas da petição para a revogação do decreto lei 133/2013, até ao dia 31 de Março;**

↪ **Realizar de 4 e 9 de Abril, uma semana de acção e luta, pela defesa da contratação colectiva e pela valorização dos salários;**

↪ **Marcar, para o dia 13 de Abril, concentração frente à AR para entrega da petição pela revogação do decreto-lei 133/2013 e pela revogação do mesmo.**

# VALEU A PENA LUTAR

Foi intensa a luta dos trabalhadores das empresas públicas dos transportes contra a política, seguida pelo governo do PSD/CDS, de empobrecimento através da redução dos salários e pensões, de destruição da componente pública do sector através da privatização/subconcessão das empresas, de roubo dos direitos, de desinvestimento nas empresas públicas, com o objectivo de transformar estas empresas em negócios dos grupos económicos e financeiros.

Essa luta foi um contributo importante para o afastamento da direita do poder e para a abertura de um novo ciclo governativo, assente numa nova maioria parlamentar, que assumiu compromissos perante os trabalhadores de inversão das políticas de austeridade e destruição dos serviços públicos.

Nesse sentido, consideramos positiva a adopção de medidas no sentido da reposição dos salários já este ano; da redução dos impostos sobre o trabalho e o aumento da taxação sobre o capital; de restabelecimento de um nível aceitável de serviços públicos aos cidadãos; de pôr fim à sobretaxa; da reposição dos complementos de reforma nas empresas públicas; de retrocesso dos processos de privatização de empresas publicas de transporte urbano; de reposição dos 4 feriados roubados.

Consideramos positivas as iniciativas parlamentares de recomendação para a reposição do direito ao transporte dos trabalhadores e seus familiares, já aplicada, embora ainda não na totalidade nas empresas o sector ferroviário, não se entendendo a razão pelo que o mesmo ainda não foi aplicado na Carris, Metropolitano de Lisboa, Transtejo, Soflusa e STCP.

## TRABALHAR EM 2017

## COM SALÁRIOS DE 2009?

# NÃO! OBRIGADO

## mas há ainda razões para lutarmos

A identificação destes aspectos positivos no Orçamento do Estado, ou noutras medidas já adoptados, não nos pode levar a ignorar outras insuficiências ou propostas inaceitáveis, porque não apontam numa linha de rotura das políticas anteriores e/ou de inversão de medidas altamente negativas para o País, lamentando-se que o governo do PS tenha privatizado a CP-Carga, fazendo aquilo que o do PSD/CDS não conseguiu e que mantenha uma posição insuficiente no que se relaciona com a situação da TAP, onde os privados continuam a ditar o rumo da empresa em função dos seus interesses.

Consideramos que na proposta de OE para os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado e para o serviço público de transportes, os aspectos mais negativos são:

**Continuação das privatizações, com a abertura da entrega da IP-Telecom, importante empresa estratégica onde assentam importantes serviços do sector ferroviário e do País;**

**A proibição da valorização salarial, que significa que até 2017 os trabalhadores do sector continuam a trabalhar com salários de 2009 e que mantém suspensas normas dos Acordos de Empresa (Diuturnidades/anuidades; evoluções nas carreiras profissionais), com importantes reflexos no rendimento dos trabalhadores;**

**Proibição de admissão de trabalhadores, mantendo uma situação já hoje insustentável e que tem implicações negativas da qualidade, segurança e regularidade do serviço público;**

**Que continue a afastar por legislação as normas da contratação colectiva relativa ao pagamento do subsídio de Natal;**

**Que continue a manter o principio da proibição do direito ao transporte, mesmo depois das deliberações da Assembleia da República, criando situações de discriminação entre empresas e dos trabalhadores mais novos em cada uma das empresas.**

**DÁ FORÇA À TUA LUTA -SINDICALIZA-TE NOS SINDICATOS DA CGTP-IN**